

RESULTADOS PRELIMINARES SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MINAS GERAIS NO ANO DE 2013

Thiago Pereira de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG
thiagobass87@gmail.com

Resumo

Este trabalho apresenta, de forma sintetizada, algumas características do setor de Economia Solidária no Estado de Minas Gerais compreendendo sua dinâmica. Para isso, foi utilizada bibliografia básica sobre o assunto, além do banco de dados do Sistema de Informação de Economia Solidária-SIES 2013, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho.

Palavras-chave: economia solidária, associativismo, cooperativismo, Minas Gerais, SIES.

Abstract

This paper presents a synthesized way about some features of the Solidarity Economy sector in the state of Minas Gerais understanding its dynamics. To do that, we used basic bibliography on the subject beyond the System Database Information Solidarity Economy-SIES 2013 provided by the Ministry of Labour in Brazil.

Keywords: solidarity economy, associations, cooperatives, Minas Gerais, SIES.

INTRODUÇÃO

A Economia Solidária é um termo que agrega várias formas de produção como cooperativas, associações, bancos comunitários, clubes de troca, colônia e tem se mostrado importante instrumento para geração de renda por conta da sua adaptação para cada microrregião, otimizando as características econômicas e culturais, gerando desenvolvimento diversificado para cada parte do país.

As atividades com princípios de Economia Solidária colaboram fortemente para o crescimento econômico sendo guiado pelos

valores da cooperação e ajuda mútua entre pessoas ou firmas, mesmo quando competem entre si nos mesmos mercados. Para Paul Singer, um dos principais autores sobre o assunto no país, a economia solidária abrange várias experiências, mas que garante certa identidade para cada empreendimento.

Esses empreendimentos devem procurar um desenvolvimento sistêmico, priorizando produtores de valores semelhantes, para contribuir com outras organizações com os mesmos princípios, fomentando redes de economia solidária (Pitaguari, 2012).

A Secretaria Nacional de Economia Solidária criou, no

Ministério do Trabalho e Emprego, o Sistema de Informação da Economia Solidária – SIES, organizando, a partir de 2005, o Mapeamento da Economia Solidária no Brasil. A pesquisa amostral, realizada por meio de questionários aos empreendimentos pelo país, gerou uma base de dados com 19.708 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Desses, 41% localizados no nordeste, 16% no norte, 17% no sul, 16% no sudeste e 10% no centro-oeste. O sudeste não é a região mais concentrada dos empreendimentos, mas tem muitas possibilidades de crescimento do setor. A pesquisa do SIES foi realizada nos anos de 2003, 2007 e 2013. Essa última será usada neste trabalho para conhecer os empreendimentos de economia solidária em Minas Gerais.

Com esses dados, é possível identificar as características individuais e familiares dos sócios, analisar fatores motivadores da participação nos EES e as correspondentes formas de atuação econômica, social e política dos sócios além de como esses empreendimentos impactam na renda dos associados.

Uma associação firmada em Cartório torna cada associação única, com regras próprias, possibilitando a prestação de serviços para outras associações, prefeituras municipais, além de órgãos públicos. O Estado de Minas Gerais que, segundo o IBGE, possui 853 municípios, pode

ser beneficiado com esse modo de produção.

As práticas cooperativistas

Bases teóricas

Esse princípio de solidariedade e cooperação resulta num modo de produção que visa o bem-estar coletivo e responsabilidades comunitárias, possibilitando resolver problemas de cunho social. Para o sociólogo Jean Luis Laville, a Economia Solidária trata de problemas cotidianos na esfera pública, resolvendo-os através da reciprocidade entre os indivíduos, produzindo vínculos sociais e solidários, servindo para democratizar a economia (de Paula Leite, 2009).

Além da geração de renda, os empreendimentos de economia solidária adotam defesa do meio ambiente e do bem-estar dos consumidores, opondo-se a tecnologias que ameaçam a saúde do consumidor ou que ameaçam a biodiversidade, atingindo também a autonomia dos produtores associados e individuais (Singer, 2004).

A economia solidária é uma forma eficiente de desenvolvimento regional, pois, através da união de pequenos grupos, se torna possível e viável realizar grandes serviços. Para o Estado de Minas Gerais, que é diverso em suas fronteiras, será uma opção eficiente. Para o sociólogo Gaiger, os empreendimentos são dessemelhantes, pois motivações e origens também são distintas afins de soluções de problemas regionais:

“As experiências variam, porque são distintos os seus protagonistas, suas origens e motivações, suas atividades econômicas e, naturalmente, seus resultados” (Gager, 2007). A solidariedade e a cooperação no trabalho, uma vez internalizadas como prática cotidiana propiciariam fatores adicionais de eficiência, em prol do empreendimento.

A economia solidária tem uma ação sociopolítica, transformando num sistema de economia do trabalho e criando novas estratégias de desenvolvimento, visando os setores populares. Segundo Buarque (p. 9, 2002), o desenvolvimento local é “um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população”. É resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando suas capacidades e potencialidades específicas, associado a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade. O autor também descreve que o desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto coletivo. Experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local (endógeno) decorrem quase sempre de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização com interesses em transformação da realidade.

Economia solidária em Minas Gerais

Características Gerais

O Estado de Minas Gerais possui características peculiares e é o estado com maior número de municípios, segundo o IBGE: 853 municípios, divididos em 10 sub-regiões. Durante a história desse estado, várias vezes houve anexação de áreas de outros estados (sul de Minas pertencia ao Estado de São Paulo; região do Rio Doce pertencia ao Estado do Espírito Santo, entre outras), contribuindo para uma grande diversidade cultural e econômica para o estado.

Na pesquisa, 1188 empreendimentos foram entrevistados, cuja característica interessante é a predominância na área urbana (Figura 1), diferentemente de estados como Goiás (Costa, 2012) e da região sul do País (SIES – Divulgação dos dados PRELIMIRARES – base de dados 2013). Em Minas Gerais, 50% dos empreendimentos situam-se na área urbana, 18% em área mista (urbana e rural) e 32% na área rural.



Figura 1: Gráfico comparativo da existência de empreendimentos nas áreas: rural, urbana e mista em Minas Gerais.

A distribuição dos empreendimentos pelo estado pode ser visualizada na Tabela 1, que mostra as 10 sub-regiões do estado e também a quantidade de municípios em cada uma delas.

Tabela 1: Quantidade de empreendimentos por microrregião.

Região	Número de EES	Participação%	Cidades que possuem EES	Municípios	Porcentagem de municípios com EES
1 Central	403	34,0%	38	158	24%
2 Mata	106	8,9%	24	142	17%
3 Sul de Minas	73	6,1%	21	155	14%
4 Triângulo	130	11,0%	13	35	37%
5 Alto Paranaíba	55	4,6%	12	31	39%
6 Centro-Oeste	45	3,8%	6	56	11%
7 Noroeste	49	4,1%	10	19	53%
8 Norte	89	7,5%	17	89	19%
9 Jequitinhonha-Mucuri	138	11,6%	23	66	35%
10 Rio Doce	99	8,3%	23	102	23%
Total	1187	100%	187	853	

A região central possui a maior quantidade de empreendimentos contabilizados pelo banco de dados, com 403 dos 1187, representando 34% dos empreendimentos. Observa-se também que na região noroeste, a maioria dos municípios possui ao menos um empreendimento, 53% dos municípios.

As associações são caracterizadas por um conjunto de pessoas que se organizam para fins não econômicos, possuindo patrimônio, formado pela contribuição de seus membros para a obtenção de fins educacionais,

beneficentes, recreativos, morais, dentre outros; constituem-se por meio de um negócio formal, coletivo, jurídico e convergem para um objetivo comum (Nakamura, 2012).

Cooperativas, segundo a legislação, são também sem fins lucrativos. Nas sociedades civis e comerciais, há fins econômicos e lucrativos, porém, apenas a sociedade comercial é constituída para a prática constante de atos comerciais (Nakamura, 2012). Para a Aliança Cooperativa Internacional, no ano de 1995, em Manchester,

“cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem de forma voluntária para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais, culturais em comum, mediante uma empresa de propriedade conjunta e de gestão democrática” (Nakamura, 2012).

Grupos Informais predominam por não se caracterizarem como associações nem como cooperativas. No próximo gráfico, é possível visualizar a quantidade de empreendimentos em Minas Gerais. Outro ponto interessante é a falta de cooperativas de créditos pelo estado, aparecendo apenas na região Rio Doce e Alto Paraíba. Entende-se como uma forma eficaz de disponibilizar crédito para populações mais carentes e sem taxas altas que os bancos privados oferecem o serviço.

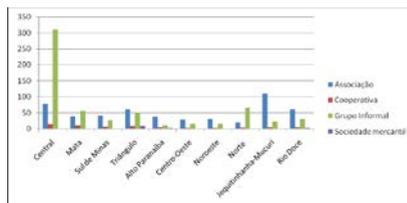


Figura 2: Gráfico indicando a formalização dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) em MG.

Diversas são as atividades econômicas desenvolvidas pelos EES em Minas Gerais. Como já foi dito, a grande maioria relaciona-se a grupos informais dedicados em produção e comercialização de artigos diversos. Na próxima tabela,

informações referentes a todas as outras atividades do setor no estado.



Figura 3: Gráfico mostrando a atividade econômica desenvolvida pelos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

CONCLUSÕES

Esse trabalho teve o objetivo fazer uma caracterização do setor de Economia Solidária, utilizando-se dos dados disponíveis através do SIES, Ministério do Trabalho. O setor tem predominância em grupos informais; empreendimentos predominam em áreas urbanas e têm número crescente de mulheres atuando neles. Trata-se de um setor que, por suas características produtivas, fabrica produtos diferenciados.

Quanto a incentivos políticos, é possível constatar que outros ministérios investem na economia solidária, como a parceria realizada pelo Ministério da Saúde com o Ministério do Trabalho no fomento de Empreendimentos de Economia Solidária para usuários da saúde mental, em que é possível a realização de geração de renda como forma de tratamento e geração de renda complementar.

Enfim, o setor poderia ter incentivos para a criação de cooperativas (o número de sócios poderia ser menor para a criação de cooperativa) e incentivos para a criação de bancos sociais para aumentar recursos financeiros nas regiões mais pobres. Outra iniciativa poderia ser uma mudança nas leis de licitações, dando incentivos para EES, pois, atualmente, o método de escolha das compras públicas ainda é o menor preço sugerido em licitações, e é observado que, em outros países, as cooperativas e as associações têm incentivos.

REFERÊNCIAS

- BUARQUE, S.C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Editora Garamond, 4. ed, Rio de Janeiro, 2008.
- FILGUEIRAS, L.A.M.; GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. Ed.Contraponto, Rio de Janeiro, 2007.
- GAIGER, L.I. (Coord.); KUYVEN, P.S.; ORGANDO, C.B.; KAPPES, S.A.; da SILVA, J.K. *A economia solidária no Brasil. Uma análise de dados nacionais*. Editora Oikos Ltda. São Leopoldo, 2014.
- GAIGER, L.I. *A outra racionalidade da economia solidária*. “Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil”. Revista Crítica de Ciências Sociais v. 79, p.57-77, 2007.
- IBGE, retirado em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mg>
- LEITE, M.P. *A economia solidária e o trabalho associativo*. Teorias e realidades. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 24, n. 69, p. 32, 2009.
- NAKAMURA, F.M.K.; do AMARAL, V.A. *O Direito na instrumentalização da economia solidária*. A sustentabilidade da economia solidária: Contribuições Multidisciplinares p. 85, 2012.
- PITAGUARI, S.O.; dos SANTOS, L.M.L.; da CAMARA, M.R.G. *Panorama da economia solidária no Brasil*. A sustentabilidade da economia solidária: Contribuições Multidisciplinares, p. 33, 2012.
- SINGER, P. (2004) *Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário*. Estud. Av. São Paulo, v.18,n.51, Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200001&lng=en&nrm=iso